

Brasília, 12 de março de 2026

Seleção

Sumário

Blog Coluna Capital - O Globo Online

Quarta-feira, 11 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

Nestlé sofre revés em novo round do duelo com marca brasileira Coffee ++ 3

Blog Veja Saúde Online - Veja.com

Quarta-feira, 11 de março de 2026 | Marco regulatório | Anvisa

Quem são os "genéricos" do Ozempic que devem chegar ao mercado brasileiro co... 5

Migalhas

Quarta-feira, 11 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

Protagonismo feminino nas patentes e na inovação científica brasileira 7

Valor International

Terça-feira, 10 de março de 2026 | ABPI

Court orders Brazilian govt to raise funding for patent agency 10

Estadão.com.br - Últimas Notícias

Quarta-feira, 11 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

Entenda como a inovação aberta e o corporate venture otimizam a agilidade organi... 12

Folha.com

Quarta-feira, 11 de março de 2026 | Direitos Autorais

Sindicato quer pagamento a roteiristas para treinar IA 15

Nestlé sofre revés em novo round do duelo com marca brasileira Coffee ++



Capital A gigante suíça Nestlé sofreu um revés na batalha judicial que trava com a marca mineira de cafés especiais Coffee ++ desde o fim do ano passado. Atendendo a recurso da empresa brasileira, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) restabeleceu seus registros de marca obtidos junto ao **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**.

A decisão anula liminar concedida em janeiro pela 12ª Vara Federal do Rio, que concordava parcialmente com os argumentos da Nestlé e suspendia os registros das marcas da Coffee ++ apenas na relação entre a firma mineira e a suíça.



As duas começaram a brigar depois que a Nespresso, da Nestlé, começou a vender um produto com nome similar, Coffee +, aqui e no exterior. Fundada em 2020 por Leo Montesanto, cuja família atua há

décadas no ramo de café e comprou a Três Corações nos anos 1980, a Coffee ++ reagiu notificando extrajudicialmente a Nestlé. A empresa mineira argumentava que já detinha o registro da marca havia cinco anos em 31 países e que investiu cerca de R\$ 20 milhões na "consolidação de sua identidade visual".

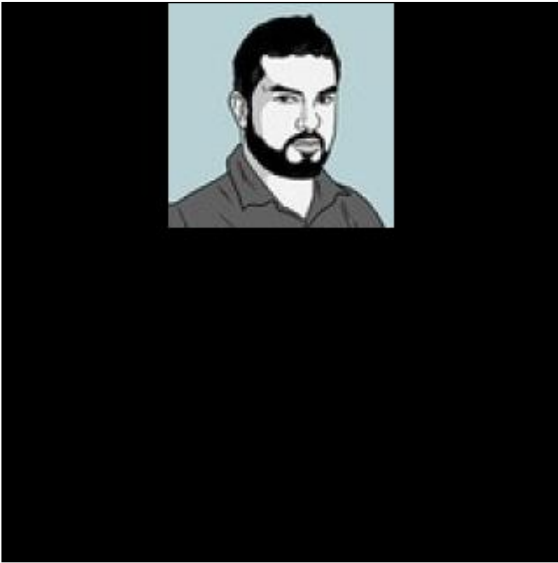
A Nestlé respondeu com um processo na Justiça Federal contra a Coffee ++ e contra o **INPI**, que concedeu as marcas. Segundo a gigante dos alimentos, a palavra "coffee" e o símbolo "+" são meramente descritivos. Logo, segundo a Nestlé, não deveriam estar protegidos por marca.



'Segurança jurídica'

A Coffee ++ recorreu e, na semana passada, o desembargador federal Julio de Castilho suspendeu a decisão anterior.

Continuação: Nestlé sofre revés em novo round do duelo com marca brasileira Coffee ++



Capital Capital

"A agravante utiliza suas marcas há cerca de cinco anos, circunstância que conduz à presunção de que tenha realizado investimentos e construído sua reputação no mercado sobre esse signo. Destarte, a suspensão abrupta dessa proteção pode ferir a segurança jurídica e a confiança que o particular deposi-

ta nos atos do Estado que lhe concederam o direito", decidiu o magistrado, acrescentando:

"A suspensão do registro da marca, ainda que apenas entre as partes, fragiliza a identidade da empresa perante o mercado e seus concorrentes. Por outro lado, deve ser considerado que a agravada é uma empresa de porte mundial, com inúmeras outras marcas consolidadas, não havendo demonstração, até o momento, de que a manutenção da validade dos registros (Coffee++ e Coffee Plus), até o julgamento do mérito do processo, possa lhe causar dano irreparável, sobretudo considerando o longo tempo que as marcas impugnadas já se encontram em vigor."

O que dizem as empresas

Procurada pela coluna para comentar a decisão, a Coffee++ disse que "a decisão fortalece a segurança jurídica do sistema de **propriedade industrial** brasileiro" e "reafirma a capacidade das empresas brasileiras de competir e se consolidar em mercados globais".

A Nestlé também foi procurada, mas ainda não respondeu. O espaço segue aberto.

Quem são os "genéricos" do Ozempic que devem chegar ao mercado brasileiro com o fim da patente



Queda da patente da semaglutida, prevista para 20 de março, vem provocando corrida de empresas concorrentes para fabricar o "Ozempic brasileiro"

A iminência do fim da patente da semaglutida no Brasil vem gerando grande expectativa no mercado farmacêutico nacional. Se a fabricante não conseguir uma extensão da exclusividade sobre o princípio ativo de produtos como Ozempic e Wegovy, a concorrência também poderá produzir e comercializar a molécula a partir de 20 de março.

Consumidores aguardam a novidade ansiosos pela possível redução nos preços.

Embora a Novo Nordisk venha pleiteando na Justiça uma prorrogação do prazo da patente, outros laboratórios já investem para abocanhar essa fatia do gigantesco mercado de canetas emagrecedoras: estima-se que esses remédios já movimentem R\$ 10 bilhões por ano no Brasil, e algumas projeções sugerem que o número poderia até dobrar em 2026.

Veja como a concorrência se mobiliza e o que a fabricante original alega para estender a patente do medicamento análogo de GLP-1, usado para o tratamento de diabetes e obesidade.

Quem são os "Ozempics brasileiros"? Quando chegam ao mercado?

A **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)** já recebeu ao menos 14 pedidos de análise para produtos concorrentes à base de semaglutida. Empresas como EMS, Hypera Pharma, Cimed e Biommm têm solicitações em andamento. Também existe um pedido da Eurofarma, que deve produzir os medicamentos em parceria com a própria Novo

Nordisk.

Mas é importante diferenciar: embora a previsão seja de queda da patente em 20 de março, isso não significa que o "Ozempic brasileiro" vá chegar ao mercado no dia seguinte.

Nenhum dos remédios concorrentes teve o nome comercial anunciado até o momento, e também não está claro se todos eles serão produzidos já em 2026, como as fabricantes esperam.

Isso porque o processo de análise e aprovação tende a ser feito aos poucos: a expectativa é que, se a queda da patente não for revertida, ainda assim seja preciso esperar até 2028 para que todos os produtos tenham passado pelo crivo da **Anvisa**.

Aliás, outro ponto para moderar a expectativa em relação à queda dos preços: embora venham sendo chamados de "genéricos" de Ozempic, a tendência é que todos esses concorrentes cheguem ao mercado como medicamentos similares, que usam o mesmo princípio ativo, mas têm nome comercial e podem ser vendidos a um valor mais elevado do que um genérico de verdade (que só pode ser comercializado com o nome do princípio ativo; entenda as diferenças).

A EMS, que fez investimentos bilionários para entrar nesse mercado, promete ser uma das concorrentes com maior capacidade produtiva em um primeiro momento: desde o ano passado, a farmacêutica já produz fármacos baseados na liraglutida, outra molécula da Novo Nordisk cuja patente foi quebrada mais cedo (vendidos originalmente como Victoza e Saxenda, eles passaram a ser comercializados pela EMS como Olire e Lirux).

Fabricante contestará fim da patente

A data oficial para a queda da patente é 20 de março, e a Novo Nordisk já foi derrotada na Justiça tentando prorrogar o prazo. No entanto, a empresa promete recorrer, como já fez anteriormente no imbróglio em torno da liraglutida.

Caso a fabricante original tenha sucesso, a produção e a venda do "Ozempic brasileiro" por farma-

cêuticas concorrentes podem acabar interrompidas. No entanto, também não há um prazo para isso acontecer. Tudo vai depender do tempo de análise na Justiça, e não existem garantias de que a Novo Nordisk sairá vitoriosa ao final do processo.

O argumento da empresa que desenvolveu e lançou a semaglutida é que seria necessário recuperar os anos perdidos aguardando o registro da patente. Pela lei brasileira, o tempo de 20 anos até o final da exclusividade começa a contar no momento em que a patente é solicitada, não quando ela é efetivamente concedida. A lógica é que, a partir da divulgação da solicitação, a fabricante já poderia explorar o

produto e processar quem tentasse copiá-lo.

Mas, em casos nos quais a concessão demora excessivamente, é possível questionar na Justiça em busca de uma prorrogação do prazo, como a empresa faz neste momento. A Novo Nordisk alega que teria direito à exploração da molécula de Ozempic e Wegovy sem concorrência por mais 12 anos, o que estenderia o prazo até 2038.

Protagonismo feminino nas patentes e na inovação científica brasileira



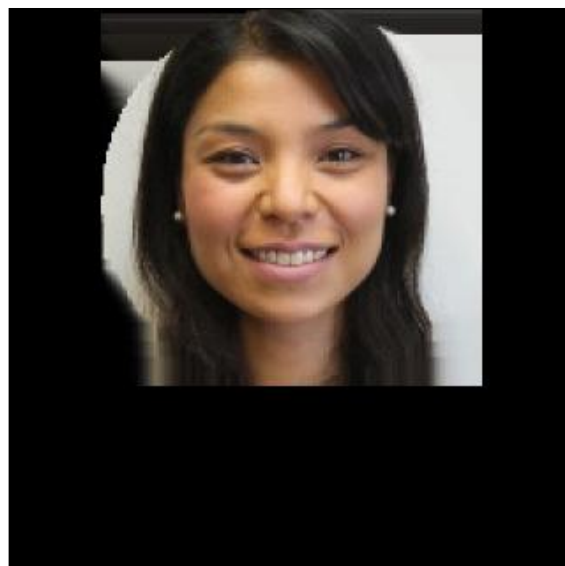
A recente repercussão em torno do tratamento para lesões medulares com a polilaminina trouxe à luz não apenas a relevância da pesquisa científica desenvolvida no Brasil, mas também o protagonismo da inventora Tatiana Sampaio, responsável pelo desenvolvimento da tecnologia. Em um cenário no qual as mulheres ainda enfrentam desafios para ampliar sua presença nos campos da ciência, tecnologia e **propriedade industrial**, a atuação de uma inventora mulher à frente de uma inovação de alto impacto reforça a importância da diversidade no ecossistema de inovação.

Dados recentes reforçam a relevância desse protagonismo. Segundo o relatório "Em direção à equidade de gênero na pesquisa no Brasil", publicado em 2024 pela Elsevier em parceria com a Bori, o percentual de mulheres entre autores de publicações científicas no país passou de 38%, em 2002, para 49%, em 2022. Nas áreas associadas à Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM), a produção feminina também cresceu de 35% para 45% no mesmo período. O Brasil, inclusive, figura como o terceiro país com maior participação feminina na ciência, atrás apenas da Argentina e de Portugal.

Esse avanço, contudo, ainda não se reflete de maneira proporcional no campo da **propriedade industrial**. O mesmo relatório de 2024 indica que

as patentes de invenção em que todos os inventores são mulheres mantiveram-se entre 3% e 6% ao longo dos últimos 15 anos, evidenciando que a presença feminina na produção científica nem sempre se converte, na mesma proporção, em reconhecimento formal por meio de patentes.

Esse descompasso reforça a importância de se discutir o devido cuidado jurídico com as invenções decorrentes da pesquisa científica e de fomentar a cultura de inovação e de **propriedade industrial** entre todos os envolvidos: acadêmicos, pesquisadores e profissionais. De modo geral, ainda é comum encontrar inventores, universidades e empresas no Brasil que desconhecem os mecanismos adequados para proteger suas criações.



Camila Conegundes Camila Conegundes

O investimento em ciência e em novas tecnologias é fundamental não apenas para o avanço econômico, mas também para o fortalecimento da soberania tecnológica do país, redução de assimetrias históricas entre homens e mulheres na ciência, diversificar soluções tecnológicas e assegurar que o potencial criativo feminino contribua plenamente para o desenvolvimento sustentável e soberano do Brasil. Contudo, para que esse investimento seja duradouro e para que trajetórias como a de Tatiana Sampaio possam gerar impacto contínuo, é essencial que as criações resultantes da pesquisa científica estejam

juridicamente protegidas.

Nesse contexto, a patente assume papel central. Trata-se de um direito exclusivo concedido pelo **INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial**, que permite a exploração econômica de uma tecnologia por um período de 20 anos no Brasil. Embora alguns considerem esse prazo extenso, sob a perspectiva do desenvolvimento tecnológico e do retorno financeiro aos investidores, ele se mostra necessário. Esse direito confere ao titular a possibilidade de reaver o investimento e lucrar com a invenção, algo especialmente relevante em tecnologias de alta complexidade, como as voltadas à saúde, desde que sejam observados os procedimentos legais adequados.

Como a proteção patentária é territorial, o planejamento estratégico para resguardar a invenção em outros países torna-se imprescindível, considerando que cada nação possui sua própria legislação e sistema de proteção. Uma das principais ferramentas para essa expansão internacional é o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), que unifica a etapa inicial do depósito, amplia o prazo para avaliação estratégica e otimiza custos. Importante destacar que o PCT não concede uma patente internacional, mas estabelece um sistema que facilita o posterior ingresso do pedido nos países de interesse, onde a proteção será analisada e eventualmente concedida de acordo com a legislação local.

Esse planejamento é igualmente relevante no ambiente universitário e nos centros de pesquisa, onde a proteção por patentes desempenha papel essencial. Inovações desenvolvidas e fomentadas pelas universidades podem gerar royalties, permitindo o retorno dos investimentos às próprias instituições. Além disso, a proteção das tecnologias contribui para ampliar sua disponibilidade no território nacional e pode viabilizar negociações com custos potencialmente mais baixos. O fortalecimento da cultura de proteção intelectual também estimula parcerias com empresas privadas, especialmente quando há segurança jurídica sobre a titularidade e a exploração das tecnologias.



Daniel Advogados Daniel Advogados

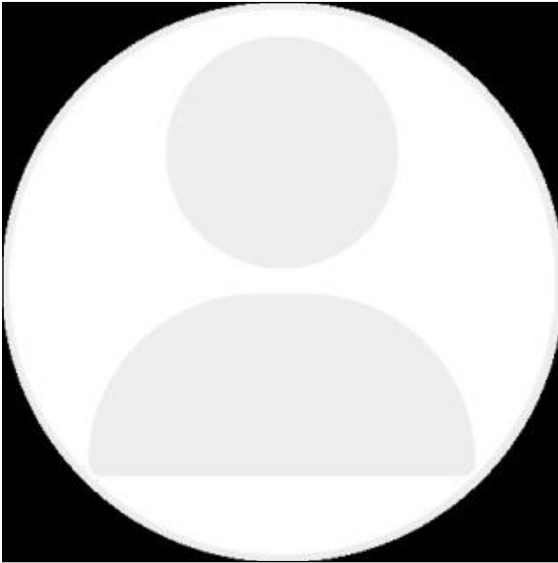
No que se refere à participação feminina nesse ambiente acadêmico, os dados revelam um cenário relevante. No contexto específico da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição à qual está vinculada a pesquisadora Tatiana Sampaio, dados divulgados em 2023 pela própria universidade e repercutidos pela Agência Brasil indicam que aproximadamente 87% dos pedidos de patente formulados na instituição contam com a participação de mulheres entre os inventores. Esse dado revela como o ambiente acadêmico pode desempenhar papel decisivo na promoção da equidade de gênero também na esfera da inovação protegida.

Além da proteção formal, outro elemento essencial nesse contexto é a continuidade no desenvolvimento das tecnologias patenteadas. O retorno comercial de uma patente raramente ocorre no curto prazo, pois depende do amadurecimento da tecnologia, da realização de testes, da validação científica e de sua inserção no mercado. A pesquisa contínua é, portanto, indispensável. O estudo constante de uma invenção relevante pode gerar aperfeiçoamentos, novas aplicações e até mesmo tecnologias derivadas, ampliando seu impacto científico, social e econômico.

Esse movimento de evolução tecnológica pode ser observado no caso da polilaminina. O primeiro pedido de patente relacionado ao tratamento foi depositado em 2007, quase 20 anos atrás. A continuidade da pesquisa permitiu que o laboratório parceiro da universidade envolvida no desenvolvimento da tecnologia realizasse ao menos mais dois depósitos de patente na área, em 2022 e 2023, além de utilizar o sistema do PCT para iniciar a proteção internacional dessas inovações.

Diante desse cenário, casos como o da pesquisadora Tatiana Sampaio evidenciam que pedidos de patente e patentes concedidas não devem ser vistos como meros custos, mas como investimentos e ativos estratégicos para empresas, centros de pesquisa e universidades inovadoras. Mais do que instrumentos jurídicos, as patentes são ferramentas essenciais para transformar pesquisa científica em desenvolvimento tecnológico efetivo e para garantir que inventoras e inventores brasileiros tenham o reconhecimento e a proteção necessários para que suas criações alcancem a sociedade. Ao mesmo tempo, ampliar e valorizar a participação das mulheres no desenvolvimento de tecnologias e na inovação não é apenas uma questão de equidade, mas

uma estratégia indispensável para o avanço científico e econômico do país. Quando pesquisadoras encontram ambientes favoráveis, estímulo institucional e segurança jurídica para proteger suas criações, o conhecimento produzido se converte em impacto social, crescimento sustentável e fortalecimento da soberania tecnológica nacional, e se torna também uma inspiração e referência para uma nova geração de meninas que podem encontrar na ciência um espaço possível de protagonismo.



Bárbara Sena Bárbara Sena

Camila Conegundes Engenheira de Minas e Especialista em Patentes pela DANIEL. Pesquisa temas

relacionados à **propriedade intelectual**, com foco no equilíbrio entre o incentivo à criatividade, inovação e a promoção do acesso e da inclusão. É pesquisadora do Grupo de **Propriedade Intelectual**, Direitos Humanos e Inclusão (GPIDHI) da FGV.

Daniel Advogados Bárbara Sena Analista de patentes pela DANIEL e atua na área de **propriedade intelectual** há 10 anos com experiência na proteção de ativos tecnológicos. Com foco em depósitos de patentes e desenhos industriais no Brasil e no exterior, assessorando empresas, instituições e inventores nos procedimentos para proteção de suas invenções em diferentes jurisdições. Formada em História pela Universidade Estácio de Sá (UNESA), possui também MBA em **Propriedade Intelectual**, Direito e Ética pela Universidade Candido Mendes (UCM).

Daniel Advogados Lívia Tralhão Engenheira de telecomunicações e especialista em patentes pela DANIEL, com oito anos de experiência na área de **propriedade intelectual**. Atua no processamento de patentes junto ao **INPI**, incluindo elaboração de pedidos, buscas e respostas a exigências.

Daniel Advogados

Court orders Brazilian govt to raise funding for patent agency



Projected revenue this year is R\$1bn, but only half will go to the agency

The Federal Regional Court of the 2nd Region (TRF-2), an appellate court based in Rio de Janeiro, has ordered the federal government to increase the transfer of funds to the National Institute of Industrial Property (**INPI**). The agency must also present a restructuring plan, according to a ruling by the court's 1st Specialized Panel. The objective is to improve the effectiveness of trademark and patent examinations and shorten the time required to grant them- the current average is 1.5 years for trademarks and 4.3 years for patents. The decision may still be appealed.

The ruling stems from a public civil action filed by the Brazilian Intellectual Property Association (**ABPI**), which argues that **INPI** should be allowed to use the revenue it collects and reinvest it to strengthen Brazil's intellectual property environment.

According to data sent by **INPI** to Valor, the institute is expected to collect R\$1.057 billion this year, but only about half of that amount- R\$554 million- will be transferred to the agency. Of this total, just R\$102 million is available for investment, while the remainder is used to pay staff. This year, the allocation increased by R\$2 million, reaching R\$104 million, thanks to two amendments by the Executive

branch. The roughly 50% transfer rate has remained unchanged since 2022.

The institute's revenue is deposited in an account linked to the National Treasury. According to **INPI** president Julio Cesar Moreira, the balance in that account currently stands at about R\$3.5 billion. The government does not use the funds for other purposes but keeps them for accounting reasons, since leaving them unused helps avoid increasing the fiscal deficit. According to the agency, the resources can only be used if the Executive branch authorizes a surplus credit allocation- something that has not occurred because of the spending cap.

Gabriel Leonardos, president of **ABPI**, notes that 20 years ago, when a similar debate took place in the United States, authorities addressed the issue by reducing the fees and charges collected by the U.S. agency responsible for granting trademarks and patents. "These fees and charges end up functioning as a disguised tax on innovation," he says. In Brazil, an average increase of 24.1% in those charges took effect in August 2025.

ABPI asked the Judiciary Branch to guarantee **INPI**'s financial autonomy so the agency can invest, for example, in reducing the backlog in trademark and patent examinations. "The delays are the result of a shortage of staff- especially engineers- combined with inadequate information technology," Leonardos says.

ABPI filed the lawsuit in 2021. In April 2022, Judge Caroline Somesom Tauk, of the 31st Federal Court of Rio de Janeiro, which specializes in intellectual property cases, issued a partially favorable ruling for the association. "In a context of scarce resources, judicial intervention is justified only to require the federal government to transfer to **INPI** the revenue necessary to meet its needs," she wrote.

"The measures required to implement the restructuring will be defined in the next stage of the proceedings, during enforcement of the ruling, when the plan will be subject to judicial approval," the judge added.

INPI says it does not need all the funds it collects. "We are completely opposed to any initiative aimed at granting the institute financial and administrative autonomy," the agency's president says. "If that

were done for **INPI**, it would also have to be done for other government bodies."

According to Moreira, only 10% of the revenue collected is needed to implement an action plan. "Today, **INPI** does not have the capacity to execute a budget of more than R\$120 million. If we had access to the R\$1.1 billion collected, the money would simply remain idle, just as it currently does in the National Treasury account," he says. "What we want is assurance that the funds required to carry out each year's action plan will be available-without being blocked or subject to budget freezes."

What the institute is seeking, he says, is greater autonomy in personnel management. That could be made possible through Supplementary Bill 143 of 2019, approved by the Chamber of Deputies (Brazil's Lower House) in 2023 and currently under consideration in the Federal Senate. "I need government authorization to hire public servants for **INPI**. That is one of the reasons we want autonomy," he says.

Moreira also notes that the agency has traditionally developed action plans covering four-year periods. In 2026, when **INPI** marks its 30th anniversary, the institute plans to present a strategic plan for the next decade. Implementing it would require annual investments of roughly R\$128 million to R\$132 million.

The federal government appealed the original ruling, arguing that the matter should be addressed through the Budget Guidelines Act (LDO), rather than through judicial intervention. It also argued that **INPI**'s budget allocations have been approved in recent proposals and have increased over the past few years.

The 1st Specialized Panel took time to conclude its review of the appeal, in part because appellate judge Macário Ramos Júdice Neto- who had requested additional time to examine the case- was arrested while under investigation for leaking information related to Operation Zargun, launched to dismantle the political and financial branch of the criminal organization Comando Vermelho in Rio de Janeiro.

In February 2025, appellate judge and rapporteur Simone Schreiber rejected the appeals filed by the federal government and **INPI**. "In my view, the lower court's ruling gives the administration sufficient time to adjust public accounts and enable the necessary transfers, making it possible to ensure the fundamental right to industrial property," she wrote in her opinion. On the 3rd of this month, the other members of the 1st Specialized Panel unanimously followed her vote.

For Luiz Edgard Montauray Pimenta, partner at Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello and president of **ABPI** at the time the lawsuit was filed, the TRF-2 decision helps modernize Brazil's intellectual property system. "It allows **INPI** to strengthen its structure, invest in technology, and hire staff and collaborators, improving both the quality and the speed of trademark and patent examinations in Brazil," he says.

According to him, foreign investors sometimes abandon trademark filings in Brazil due to the lengthy approval process. Difficulties persist, for example, in analyzing telecommunications and pharmaceutical patents. "Patents in these sectors must be examined quickly because technology evolves very rapidly," he says. In his view, the volume of applications has also increased, but further investment in personnel, systems, and artificial intelligence remains necessary.

In a statement sent to Valor, the Federal Attorney General's Office (AGU) said it is awaiting publication of the appellate ruling before deciding whether to file an appeal. Lawyers believe it will do so. "The AGU will likely file a special appeal with the Superior Court of Justice, but the TRF-2 decision does not order any spending- it simply recognizes **INPI**'s noncompliance and requires the preparation of a restructuring plan," Leonardos says.

Translation: Todd Harkin

Mais recente

Próxima

Violence against women is increasing, Maria da Penha says

Entenda como a inovação aberta e o corporate venture otimizam a agilidade organizacional e o ROI em grandes empresas. Veja mais!



Entenda como a inovação aberta e o corporate venture otimizam a agilidade organizacional e o ROI em grandes empresas. Veja mais!

Sua operação de T&D; consegue acompanhar a velocidade das mudanças do mercado ou a inovação aberta ainda parece um conceito distante da realidade dos seus treinamentos?

Em nossas práticas, percebemos que o abismo entre a estratégia e a execução é o que drena o ROI das grandes corporações. Integrar entre ativos externos e processos internos virou uma estratégia de sobrevivência financeira.

O que é corporate venture? O Corporate Venture (CV) consiste na utilização de investimentos e colaborações com empresas emergentes para atingir objetivos estratégicos.

Essa prática prioriza a absorção de tecnologias validadas para reduzir o tempo de implementação e os custos fixos de Pesquisa e Desenvolvimento.

A EloGroup, consultoria brasileira de referência em transformação digital e membro da aliança global Cordence Worldwide, reforça essa necessidade em seu estudo Corporate Venture in Brasil 2025.

O levantamento aponta que, no primeiro semestre de 2025, 53% do volume global de Venture Capital foi direcionado a empresas de IA, tornando o CV um mecanismo essencial de defesa e expansão da arquitetura de capital.

Nós identificamos que essa estratégia se sustenta em três pilares principais:

Eficiência de capital: acesso a inovações de ponta com maior disciplina financeira e redução de riscos.

Agilidade de ciclo: substituição de desenvolvimentos internos longos por soluções com tração de mercado.

Vantagem competitiva: posicionamento estratégico em tecnologias que redefinem a arquitetura de capital das companhias.

Por que grandes empresas recorrem à inovação aberta para inovar? A inovação aberta é adotada para mitigar a ineficiência de processos de desenvolvimento internos que não acompanham a velocidade das transformações tecnológicas.

O acesso à inteligência externa permite que a empresa resolva problemas operacionais sem mobilizar grandes estruturas próprias.

A manutenção de uma cultura de melhoria contínua também é beneficiada por essa exposição ao mercado externo.

O contato com startups e hubs de inovação força a revisão de fluxos obsoletos, garantindo a conformidade com padrões de excelência como a ISO 9001.

Principais modelos de corporate venture utilizados por grandes empresas A escolha do modelo de CV deve estar alinhada à tese de investimento e aos objetivos de longo prazo da organização. Cada abordagem exige um nível distinto de governança e monitoramento de indicadores de desempenho (KPIs).

Parcerias com startups e ecossistemas de inovação Esse modelo foca em contratos comerciais ou provas de conceito (PoCs) para resolver dores específicas da operação. É a porta de entrada para a inovação aberta, permitindo testes rápidos de ferramentas com baixo risco financeiro inicial.

Para o gestor de RH, essas parcerias facilitam o acesso a plataformas de capacitação com tecnologias de ponta. É uma alternativa eficiente ao desenvolvimento interno de softwares de gestão de pessoas e treinamento.

Continuação: Entenda como a inovação aberta e o corporate venture otimizam a agilidade organizacional e o ROI em grandes empresas. Veja mais!

Programas corporativos de aceleração e incubação-Programas de aceleração buscam identificar empresas em estágio inicial com alta sinergia com o negócio principal. A organização oferece mentoria e infraestrutura em troca de acesso prioritário a novas soluções e aprendizado.

A aceleração de startups atua como um vetor de desenvolvimento para a liderança interna. Ao participarem como mentores, os executivos aprimoram sua visão de mercado e competências de agilidade organizacional.

Corporate venture capital e investimentos estratégicosO Corporate Venture Capital (CVC) envolve a aquisição de participações minoritárias em startups com potencial inovador. O objetivo principal é garantir que a empresa tenha participação ativa nas tecnologias que moldarão o futuro do setor.

Observamos que o CVC exige um alinhamento rigoroso com o conselho administrativo e metas claras de ROI. O retorno é mensurado pela economia gerada pela integração dessas tecnologias na operação central da companhia.

Cocriação de soluções e desenvolvimento conjuntoA cocriação ocorre quando a inteligência setorial da grande empresa se une à agilidade tecnológica de um parceiro externo. Ambas as partes compartilham riscos e direitos de **propriedade intelectual** sobre a nova solução desenvolvida.

Esse modelo é indicado para o desenvolvimento de soluções personalizadas que exijam conformidade técnica e regulatória. O resultado é um produto que atende às especificidades da empresa com a usabilidade de uma startup.

Aprendizado organizacional e fortalecimento da cultura de inovaçãoA interação sistemática com o ecossistema externo promove uma transformação gradual na mentalidade corporativa. A cultura de inovação deixa de ser teórica e passa a ser vivenciada através de novos processos e ferramentas.

Notamos que organizações que adotam o CV possuem maior facilidade em engajar colaboradores em programas de mudança. A exposição a novas formas de trabalho reduz a resistência e acelera a adoção de práticas de melhoria.

Deslize para ver o conteúdo ModeloObjetivo CentralPrazo de ImpactoInformações ConsultivasParcerias (PoC)Resolução de problemas3 a 6 mesesU-

tilize para validar tecnologias de T&D; com baixo investimento.AceleraçãoRenovação cultural1 a 2 anosEnvolva a média gerência para descentralizar a mentalidade ágil.CVC EquityDefesa tecnológica3 a 5 anosPriorize startups com modelos de negócio e faturamento validados.CocriaçãoCustomização técnica6 a 12 mesesDefina rigorosamente a **propriedade intelectual** no início do projeto.Benefícios do corporate venture para grandes empresasA estruturação de uma estratégia de CV gera ganhos em eficiência e posicionamento de mercado. Os benefícios são quantificáveis e impactam a sustentabilidade financeira do negócio no médio e longo prazo.

Otimização de Opex: redução de custos fixos com infraestrutura de P&D; proprietária.

Agilidade competitiva: resposta rápida a movimentos de concorrentes e novas regulamentações.

Atração de talentos: posicionamento como marca empregadora avançada tecnologicamente.

Escalabilidade: capacidade de testar e implementar soluções em múltiplos departamentos simultaneamente.

Como estruturar uma estratégia de corporate venture alinhada ao negócioO sucesso do CV depende da definição de uma tese de inovação clara. Sem diretrizes estratégicas, a iniciativa corre o risco de fragmentação e perda de recursos sem retorno tangível ao acionista.

Diagnóstico de necessidades: mapeie onde os processos internos geram ineficiência ou perda de ROI.

Definição da tese: estabeleça quais tecnologias são críticas para a competitividade (ex: IA, Analytics).

Ajuste de Governança: crie fluxos de aprovação que respeitem a velocidade do ecossistema de startups.

Seleção de parceiros: utilize critérios técnicos rigorosos e verifique o fit com a cultura de inovação.

Monitoramento de métricas: estabeleça indicadores financeiros e estratégicos para avaliar cada iniciativa.

Se você busca dominar Corporate Venture e Inovação Aberta, a oferece cursos que preparam você para integrar tecnologias externas com segurança técnica e foco em resultados.

e encontre a especialização para o seu novo momento profissional.

Continuação: Entenda como a inovação aberta e o corporate venture otimizam a agilidade organizacional e o ROI em grandes empresas. Veja mais!

FAQ sobre Corporate VentureAbaixo, detalhamos aspectos práticos que costumam gerar debates em comitês de inovação e conselhos de administração sobre a relação com startups.

1. Qual a diferença entre corporate venture e inovação aberta?A inovação aberta é o conceito estratégico de colaborar com agentes externos. O corporate venture é a execução tática dessa estratégia por meio de investimentos.
2. Quais empresas podem adotar estratégias de corporate venture?Qualquer organização com processos maduros e necessidade de aceleração tecnológica.
3. Quais são os principais riscos do corporate venture?Os riscos incluem o desalinhamento de expectativas financeiras e a resistência cultural interna.

Sindicato quer pagamento a roteiristas para treinar IA



Os representantes do Writers Guild of America West, ou WGA, que congrega roteiristas na parte oeste dos Estados Unidos, devem se reunir com os estúdios de Hollywood na próxima semana para novas negociações, três anos após as greves que paralizaram a indústria cinematográfica por 118 dias.

Na época, a inteligência artificial foi o estopim da paralização. A substituição sistemática de roteiris-

tas pela tecnologia não aconteceu, mas a IA ainda é motivo de preocupação. John August, copresidente do Comitê de Negociação da WGA, afirmou à revista Variety que o sindicato defenderá remunerações pelo uso derivado das obras de roteiristas para o treinamento de IAs.

Na última rodada de negociações, a Aliança de Produtores de Cinema e Televisão, representante dos estúdios, recusou qualquer limitação ao uso de roteiros dos quais já detêm os **direitos autorais** para treinar modelos de inteligência artificial.

Segundo a Variety, o clima das negociações está menos beligerante comparado a 2023. Um dos motivos seria o número menor de roteiristas empregados e um déficit no fundo para a saúde do sindicato, que tem pressa para equilibrar as contas.

Ontem, funcionários do sindicato entraram em greve sob a alegação de que líderes da organização estariam violando leis trabalhistas e promovendo negociações superficiais. Segundo eles, suas atividades sindicais tem sido monitoradas e apoiadores vem sendo demitidos.

Índice remissivo de assuntos

ABPI	8,9
Direitos Autorais	13
Marco regulatório Anvisa	3,4
Marco regulatório INPI	1,2,5,6,7,8,9
Propriedade Industrial	1,2,5,6,7
Propriedade Intelectual	5,6,7,10,11,12